

# APROPRIAÇÕES DOS ESTUDOS SOBRE CIDADE PELA PERSPECTIVA DE UMA ANTROPOLOGIA DO TRABALHO<sup>1</sup>

José Sergio Leite Lopes

Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ).

## Resumo:

O artigo propõe uma interpretação da literatura de antropologia urbana procurando ressaltar os aspectos de dominação e conflito social subjacentes e trazendo aspectos relativos a uma antropologia do trabalho. Na sua segunda parte o artigo procura analisar as transformações de uma cidade industrial nordestina como exemplo significativo de processo histórico em que se vê em ação, em pleno século XX, os conflitos sociais por detrás do processo de formação de uma cidade.

**Palavras-chave:** Antropologia urbana. Antropologia do trabalho. Memória operária. Patrimônio industrial.

## *APPROPRIATIONS OF STUDIES ON THE CITY FROM THE PERSPECTIVE OF AN ANTHROPOLOGY OF WORK*

## Abstract:

This article proposes an interpretation of urban anthropology literature that stresses the characteristics of domination and conflict underlining social life. And also highlighting processes and facts of an anthropology of work. In its second part the text aims to explain the transformations of an industrial city of Northeastern Brazil as an overwhelming case of a historical process where clearly is seen in action, in twentieth century, the social conflicts that are intrinsic to the social making of a city in the weberian sense.

**Keywords:** Urban Anthropology. Anthropology of Work. Working-class memory. Industrial heritage.

Na minha prática de pesquisa como antropólogo, classificado que sou pelo CNPq, pela Capes e por outras instituições de fomento científico na categoria Antropologia Urbana, tenho feito pesquisas *na* cidade ou em suas franjas, mais do que *sobre a* cidade. Esta situação de pesquisa é comum no vasto domínio da Antropologia Urbana, desde suas origens na primeira Escola de Chicago, com Robert Park e seus discípulos, formando um mosaico de estudos de pequenos mundos específicos situados na cidade, para poder formular proposições mais gerais lastreadas em tal diversidade. (Por sinal, também é prática de muitos antropólogos estudar *na aldeia* mais do que *a aldeia*.)

---

<sup>1</sup> Este texto está baseado em conferência intitulada “A Cidade Contemporânea”, proferida na abertura do seminário *A Cidade Contemporânea, tendências e desafios* organizado pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 11 de novembro de 2008.

Minha pesquisa inicial deu-se entre os operários industriais de usinas de açúcar, numa situação cruzada de indústria rural (“cruzada”, ou aparentemente paradoxal, pois a indústria é associada mais ao mundo “urbano-industrial” que ao campo). Ali encontrei a situação de vila operária, núcleo habitacional fornecido pela empresa e acoplado ao trabalho. Estas vilas, que estão praticamente no interior do portão da empresa, ou sob seu controle territorial, geralmente fazem surgir uma aglomeração urbana maior, mais diversificada socialmente, embora de início sob a dependência da empresa. Esta situação constitui-se em um dos processos possíveis de formação das cidades analisadas por Max Weber, aquele em que a origem da cidade se dá no interior e depois sob a proteção do *oikos*, do grande domínio senhorial, embora trazendo necessidades de trocas de mercado que, posteriormente, poderão modificar tal configuração da cidade.

Este embate entre o *oikos* da empresa industrial projetada em seu bairro ou cidade, da *company-town* (como aparece na literatura norte-americana), e o mercado local, tanto o mercado de terras e de casas como a autonomia dos cidadãos em sua vida extrafabril, aparece mais dramaticamente em vilas fabris de grande dimensão que se tornam cidades. É o caso de cidades dominadas por diversos tipos de indústria, têxteis, siderúrgicas, metalúrgicas, mineiras etc. Podemos citar cidades como Volta Redonda, Ipatinga, Monlevade, Sorocaba, Betim, Barcarena. Em Pernambuco, além de cidades da área açucareira, podemos citar Paulista, Moreno, Camaragibe. Alguns bairros do Recife estiveram nesta situação de terem por centro uma empresa fabril. Na Paraíba, esta situação aparece em Rio Tinto.

O bairro ou a cidade industrial não era o alvo dos estudos da primeira Escola de Chicago, do grupo coordenado por Robert Park. Mais atenção era dada a grupos que seriam especificamente urbanos, como os *hobos*, boêmios itinerantes do proletariado e trabalhadores temporários sem moradia fixa que passavam pelas grandes cidades ligadas pelas estradas de ferro, ou as *gangs* de bairro da pequena à grande delinquência, ou ainda as *taxi-girls* dos salões de dança de Chicago. Os instrumentos correntes da etnografia e da sociografia de hoje foram testados na cidade pelo grupo de sociólogos/antropólogos de Chicago: histórias de vida, estudos de carreira e de trajetória, observação participante. Era estimulado o retorno reflexivo a situações vividas anteriormente pelos pesquisadores, como no caso de Neil Anderson que havia tido uma experiência ele próprio como *hobo*. Era menos estimulado o estudo de comunidades com uma forte densidade interna de relações e mais o de grupos que pudessem refletir as especificidades da metrópole, sua vida mental e seus modos de vida. A atitude de *reserva* diante da intensificação dos

estímulos nervosos ocasionada pela vida social na metrópole, a monetização e a transformação crescente de novos serviços em mercadoria, a liberdade pessoal como contrapartida da menor personalização das relações sociais, deveriam ser estudadas empiricamente através destes grupos novos em serviços metropolitanos inusitados. As consequências mais gerais deste mosaico de estudos estão, tanto no projeto inicial de Park (1967), “A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano em meio urbano”, de 1916, baseado em Simmel, Durkheim e na antropologia social britânica, artigo de referência das monografias posteriores, quanto no balanço dos resultados desta etnografia cooperativa de muitos pesquisadores, no artigo de Louis Wirth (1967), “Urbanismo [ou fenômeno urbano] como modo de vida”, de 1938.

Neste artigo, Wirth salienta a importância do tamanho da cidade, da densidade de sua população e da heterogeneidade de seus habitantes. A multiplicação das interações neste contexto torna necessário um retraimento dos contatos pessoais. Os cidadãos (metropolitanos) se encontram em papéis muito segmentários. Eles são mais interdependentes do que os rurais, mas menos dependentes de pessoas em particular. Os contatos são ditos “secundários”, e são mais superficiais, efêmeros e segmentados. Os cidadãos teriam, assim, uma relação instrumental na maioria das interações pessoais, que contribuiria para uma racionalização dos comportamentos. Se, por um lado, tal comportamento indicaria uma maior independência em relação ao controle do grupo, por outro lado, a perda do sentido de participação social poderia propiciar estados de anomia.

De outra parte, as proposições de Wirth se clarificam em oposição às de Robert Redfield, antropólogo da Escola de Chicago que trabalhou com as sociedades camponesas; tipo de sociedade tradicional que supõe a existência e a dependência da cidade para a sua constituição. Redfield (1965) vê, assim, o outro da cidade, as sociedades camponesas por ele estudadas no México e na América Central. A cidade seria o lugar da “grande tradição”, escrita, sistematizada, de pensamentos partilhados de forma espontânea, oral, pelas “pequenas tradições” locais, hegemônicas pela cidade. O que seria uma forma elaborada da oposição entre comunidade e sociedade. Posteriormente, o antropólogo britânico Jack Goody (2008) trabalhou sobre a importância específica da escrita como diferencial de poder na antropologia comparada e na história. Por sua vez o historiador Peter Burke (1989) retomou a distinção de Redfield da pequena e da grande tradição para estudar a história das culturas populares, dando importância também a mediadores entre a cultura popular e a erudita como a figura de Rabelais analisada por Bakhtin (1989), personagens biculturais que conhecem e participam da cultura popular

embora transitem ou pertençam às elites. Burke pode, desse modo, reconstituir a construção e a valorização da cultura popular através do folclore no momento mesmo em que a modernização e a sociedade urbano-industrial parece sufocá-la.

Redfield (1965) também propôs, estudando o lado da sociedade tradicional camponesa que se opõe à cidade de seus colegas da Escola de Chicago, o chamado *continuum folk*-urbano, algo intermediário no gradiente que se interpõe entre esses tipos ideais polares.

Vê-se na produção da Escola de Chicago como os processos sociais estudados de outra forma têm na cidade seu lócus e território por excelência. Assim, a divisão social do trabalho durkheimiana, com a construção de uma solidariedade orgânica e suas possibilidades de anomia; o aumento dos elos de interdependência e diferenciação social constitutivos do processo de civilização e da democratização funcional de Elias; o desencantamento do mundo de Max Weber; a realização do trabalho abstrato quando há indiferenciação e mobilidade profissional na *Introdução à Crítica da Economia Política* ([1867] 1984) de Marx (com proximidade da mentalidade metropolitana de Simmel), têm a cidade como suporte geográfico implícito. Também na linguagem de Polanyi, a cidade seria o lugar da redistribuição, tendo por detrás a centralidade do poder; além da praça de mercado.

As construções sobre o especificamente urbano da Escola de Chicago e das elaborações de Simmel, Park e Wirth foram contestadas de forma explícita por Oscar Lewis através de seus estudos de bairros populares na cidade do México, onde se conservam e se reforçam laços tradicionais camponeses centrados na família no processo de migração e estabelecimento na grande cidade. Também os estudos dos antropólogos da chamada Escola de Manchester, Max Gluckman e colaboradores, nas cidades africanas, salientam a especificidade de sua formação, e a importância da reprodução do tribalismo nestas cidades. Os estudos historiográficos das cidades não ocidentais chamam atenção para outras configurações de cidade, como chama atenção Jack Goody em livro recente – *O Roubo da História* (2008) (pelo Ocidente).

Uma contextualização da própria cidade de Chicago pode explicar a especificidade da metrópole estudada pelos sociólogos da universidade local. Situada no centro do país, a meio caminho entre o nordeste polarizado por Nova York e Washington, por um lado, e o oeste americano, por outro, Chicago atravessava, no início do século XX, um desenvolvimento acelerado, atraindo muitos migrantes europeus. A indústria da carne foi algo de dominante no início deste crescimento, seguida de outras grandes indústrias e do grande mercado de trabalho metropolitano ali formado. Era uma cidade

que se prestava a esse mosaico de tipos sociais peculiares e um caso extremo propício ao desenvolvimento empírico das proposições de Simmel (ano). A universidade local logo se salientou no domínio da Sociologia, disciplina europeia promissora para as demandas de resolução de problemas sociais apresentadas pela cidade. Os financiamentos do grupo de pesquisa de Park tinham por fonte instituições interessadas na resolução destes problemas. Park teve a habilidade de conservar o investimento empírico de campo de uma sociologia local fortemente ligada à assistência social, unindo-a com uma apropriação pertinente das teorias desenvolvidas na Europa. Ele, assim, resolvia a antinomia da sociologia local dividida entre linhas de prática de uma sociologia aplicada, por um lado, dissociada de linhas teoricistas genéricas, por outro lado.

As teorizações do modo de vida metropolitano tiveram, no entanto, na Escola de Chicago, a sabedoria de permitirem estudos diversificados no mosaico de mundos sociais à parte que se cotejavam, mesmo os que reproduziam de forma transformada algo das comunidades tradicionais. Assim, os estudos de grupos com uma rede interna de relações densa, próxima às de aldeias urbanas, também tiveram repercussão, como a Sociedade de Esquina (em Boston, não em Chicago) de Foote White ou os Urban Villagers de Herbert Gans (1962), ambos estudando bairros italianos.

Ao mesmo tempo, desenvolvia-se no Brasil uma antropologia urbana ligada à terceira geração da Escola de Chicago<sup>2</sup> – Howard Becker e Goffman, ambos ex-alunos de Everett Huges, G. H. Mead e H. Blumer, da segunda geração de Chicago. Há o mosaico de estudos de Gilberto Velho, ou por ele orientados, voltados para os diferentes mundos da grande cidade, em particular das camadas médias; os de Eunice Durham e Roberto Cardoso em São Paulo, seguido pelo mosaico de estudos de José Guilherme Magnani e seus pedaços, manchas e trajetos [que se aproxima dos estudos sobre redes urbanas, densas ou frouxas, segregadas ou integradas, assim como os fluxos, trabalhados por Ulf Hannerz (1980)<sup>3</sup>]. E há os estudos de favelas e periferias com inúmeros autores importantes.

Mais recentemente, a cidade de Chicago serviu de local de estudos das comunidades negras, descendentes da Grande Migração sul-norte na rota de Chicago, de afrodescendentes fugindo do sul e de suas transformações em guetos de *under-class* com a desindustrialização das metrópoles<sup>4</sup>. Apesar de Park ter sido assessor de um líder negro americano antes de se estabelecer na cidade e incentivar estudos sobre relações raciais,

---

<sup>2</sup> Cf. A este respeito cf. Becker (1966).

<sup>3</sup> Referimos a obra em inglês, mas há edições em francês (*Explorer la Ville*, Paris: Minuit, 1983) e também em espanhol (*Exploración de la ciudad*. México: Fondo de Cultura Económica).

<sup>4</sup> Cf. estudos de William Wilson (1997) e Loic Wacquant (1994).

como os de Donald Pierson no Brasil, as comunidades negras estão ausentes dos estudos mais famosos da primeira Escola de Chicago.

No Brasil, alguns discípulos dessa Escola tiveram importância na Sociologia e na Antropologia brasileiras. De início, o próprio Donald Pierson, que animou durante muitos anos o ensino e a pesquisa na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESP-SP) e que foi orientado por Robert Park. Alguns pesquisadores brasileiros, alunos da Escola de Sociologia e Política, fizeram estudos pós-graduados em Chicago, como Mario Wagner da Cunha, Oracy Nogueira e Juarez Brandão Lopes. Mais geralmente, essa “escola” teve sua importância nos estudos de comunidade no Brasil, sendo um fundo comum de instrumentos para diferentes núcleos de sociologia e antropologia no País, desde o CBPE de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro até a escola sociológica paulista de Florestan Fernandes (tanto Darcy quanto Florestan tendo sido ex-alunos da ESP de São Paulo).

No caso de Juarez Brandão Lopes, o instrumental da Escola de Chicago se faz particularmente presente no interior da escola paulista de sociologia. Aluno de Louis Wirth em fim de carreira, Brandão Lopes (1967) acabou concretizando sua pesquisa, que viria a ser mais tarde sua tese de doutorado, em duas cidades industriais do sul de Minas Gerais, comparando a cidade de industrialização anterior com a cidade de desenvolvimento mais nova e dinâmica, ambas baseadas na indústria têxtil. Naquelas cidades médias (para aquele período dos anos 1950), Juarez via a permanência de relações tradicionais tanto entre os industriais quanto entre os trabalhadores, nesta crise do Brasil arcaico em sua transição para o mundo urbano-industrial moderno. Mas antes já havia feito um estudo sobre o ajustamento do trabalhador à indústria em São Paulo, na maior metrópole do País. Ali ele observou, por um lado, a existência de trabalhadores profissionais de manutenção, a maioria imigrante originário da Europa, e, por outro, uma grande massa de trabalhadores menos qualificados de origem rural recente. Ao mesmo tempo em que via uma parte desse grupo com maior permanência na cidade e na indústria, o que seria uma classe operária mais conforme ao seu tipo ideal do Norte do mundo, via também esses trabalhadores recém-chegados do interior ou do campo, ligados a suas redes familiares, mas também aptos a saírem da carreira de operários para tornarem-se trabalhadores por conta própria.

Assim, ao trabalhar com os operários do açúcar ou com os tecelões de Pernambuco, já havia uma pequena literatura pertinente importante no País. E que poderia seguir este caminho entre o rural e o urbano através da indústria como linha de uma

perspectiva de antropologia urbana específica, voltada não só para as aquisições da antropologia, mas também para as da sociologia e da história do trabalho.

É verdade que em meados dos anos 1970 eu pensava estar entrando em um território pouco explorado pela Antropologia, aquele ocupado pelas condições de trabalho e de vida dos operários. De fato, só depois, ao longo dos anos, fui buscar antecedentes de um enfoque antropológico em estudiosos universitários ou não universitários sobre as classes trabalhadoras, e inclusive dos antropólogos profissionais. Em parte, os operários haviam sido encontrados pelos etnógrafos em algum lugar no meio do *continuum folk-urbano* formulado pelos antropólogos culturais norte-americanos. Foram assim, desde os trabalhadores têxteis indígenas da localidade de Cantel, na Guatemala, estudados por Manning Nash (1958) (com a colaboração de June Nash), nos anos de 1950, até os operários de Yankee City descritos por Lloyd Warner ([1947] 1965) ou os metalúrgicos de Chicago aos quais se incorporou como nativo e pesquisador não declarado Donald Roy (2006). A proximidade da Antropologia e da Sociologia na tradição da Escola de Chicago fizeram antropólogos como Warner e Foote-Whyte transitarem de estudos de temas clássicos da disciplina antropológica (no caso do primeiro) e de comunidades étnicas urbanas (no caso do último) para estudos assemelhados à sociologia industrial, embora fortemente instrumentalizados pela etnografia. Algumas universidades norte-americanas fundaram, nos anos 1940, institutos de relações humanas associados às indústrias, onde se incluíam projetos de antropologia aplicada, geralmente reformadores, em torno do tema de “relações industriais” (o que não é sem relação com o que era ensinado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, com a presença de Donald Pierson ao lado de disciplinas de administração e relações industriais).

No caso de outros centros mundiais das Ciências Sociais, como a França e a Inglaterra, a espera pelo retorno para casa da Antropologia (*Anthropology at Home*) à primeira vista parecia ser necessária para que os antropólogos se interessassem pelos trabalhadores em suas próprias cidades industriais. Na Inglaterra houve precursores como o estudo de Raymond Firth (1957) sobre família no bairro proletário do East End de Londres (*Two studies of kinship in London*), ou as famílias e redes sociais de Elisabeth Bott, que incluíam famílias de trabalhadores. Havia os estudos de comunidade depois sistematizados por Ronald Frankenberg (1966). Entre estes, estavam o de Dennis, Henriques e Slaughter ([1956] 1969) (*Coal is our life*), e o de Young e Willmott (1962) (*Family and Kinship in East London*). Por sinal, os autores de *Coal is our life* agradecem fortemente à orientação de Meyer Fortes e Max Gluckman. Também os estudos das

idades mineiras no Copperbelt da Rodésia do Norte fazem os antropólogos da escola de Manchester, atraídos pelas transformações nos comportamentos tribais nas cidades, encontrarem-se com trabalhadores industriais.

É interessante também a trajetória da antropóloga norte americana Hortence Powdermaker, que circulou com desenvoltura entre as tradições da disciplina acadêmica de seu país e da Grã-Bretanha, assim como se moveu entre temas clássicos e heterodoxos. Fez tese – sob a orientação de Malinowski na London School of Economics (LSE) –, em Lesu, na Melanésia, indo em seguida estudar relações raciais no Mississipi, respaldada por Sapir. Depois foi etnografar Hollywood, após ter observado o lugar da recepção do cinema no sul dos EUA. E, finalmente, estudou os mineiros africanos na sua monografia *Copper Town* (1962), no Copperbelt da Rodésia do Norte. Tudo isso após um ímpeto de juventude que a levou da graduação universitária em História ao trabalho de ativismo sindical no setor de confecções em seu país.

\*\*\*

Numa segunda parte deste texto vou desenvolver o que pudemos observar, eu e Rosilene Alvim, na cidade têxtil de Paulista e sua transformação de cidade-empresa em área integrada da região metropolitana de Recife. Este caso é um exemplo de processo histórico em que se vê em ação, em pleno século XX, os conflitos sociais por detrás do processo de formação de uma cidade – e isto de uma forma que nos convida a dialogar com o capítulo sobre a cidade em *Economia e Sociedade* de Weber ([1920] 2004) ou com *A Questão da Habitação* de Engels.

A fábrica de Paulista, a CTP, acoplada à rede varejista das Casas Pernambucanas, particularizou-se diante das outras cidades industriais da região, pela escala em que acelerou o processo migratório do campo para a cidade em benefício de sua fome de mão de obra entre os anos 20 e 60 do século XX. E criou uma enorme vila operária, onde se corporificava em certo *continuum folk-urbano*. Esta vila operária, distrito de Olinda, pelas suas dimensões e pelos interesses territoriais da Cia., foi emancipada como município em 1928.

Colocando-se ao lado do governo Estácio Coimbra contra os revolucionários de 1930, a CTP é devassada pela polícia em 1931 por ter utilizado seus vigias nas forças que se opunham pelas armas aos revolucionários nos primeiros dias após a eclosão do evento, em outubro de 1930. E o município retornou à condição de distrito de Olinda. Em 1935, após passar por esta fase do governo provisório saído da revolução e que beneficiou os



movimentos de trabalhadores, tendo passado por uma greve de longa duração pela aplicação da lei de 8 horas de trabalho entre julho e outubro de 1932, a CTP repropõe seu pedido de emancipação à Assembleia Legislativa em 1935. É interessante que nos anais da Assembleia, em que a matéria é discutida pelos deputados estaduais, há aqueles que se opõem à emancipação com o argumento que Paulista não é cidade, que supõe a heterogeneidade e a diversidade de suas atividades; seria uma cidade-empresa, corroborando a discussão de Max Weber sobre a formação das cidades medievais na Europa. Mas a CTP estava no auge de sua expansão nacional e, como diziam alguns de seus anúncios em jornal, “as Casas Pernambucanas garantem o equilíbrio do balanço de pagamentos de Pernambuco”.

Entre 1937 e meados dos anos 50, a partir do Estado Novo, há um choque entre a CTP como governo local de fato, por um lado, e o governo local de direito, a prefeitura, aliada ao sindicato de trabalhadores e comerciantes locais, por outro lado. Este confronto tem início no governo estadual de Agamenon Magalhães, interventor do Estado Novo em Pernambuco entre 1939 e 1945, preocupado em criar em Paulista uma verdadeira administração local independente da CTP. Seu governo apoiou, em particular, a instalação do sindicato local dos trabalhadores, recriado em 1941 após um período de repressão<sup>5</sup>.

Uma parte importante desses sindicalistas envolveu-se na política local, em oposição à CTP, já na volta à democracia em 1945 e as primeiras eleições municipais. Um deles tornou-se deputado estadual. Em 1946, o presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco é o ex-presidente do Sindicato dos Tecelões de Paulista, evangélico, Torres Galvão, fiel a Agamenon Magalhães. Este ex-sindicalista apresenta um artigo na Constituinte estadual, prevendo a desapropriação de terrenos urbanos vazios, assim como lotes de terra em suas áreas rurais periféricas para a constituição de um cinturão verde, nas cidades encravadas em território particular. Apoiada numa aliança PSD – PCB, o artigo passa a integrar a Constituição estadual (artigo 102).

Ex-sindicalistas que formam, então, a maioria do Conselho Municipal de Paulista, votaram, em 1949, a aplicação deste artigo 102 da Constituição de 1947 do Estado de Pernambuco, proposto pelo ex-presidente do Sindicato de Paulista, eleito deputado após sua gestão sindical, que previa a expropriação de todos os terrenos ociosos das “cidades encravadas em uma propriedade privada” e das terras, num raio de vinte quilômetros, com fins de reforma agrária. Essa formulação geral aplicava-se teoricamente a toda

---

<sup>5</sup> Fundado em 1931 no contexto favorável da revolução de 1930, o primeiro sindicato foi dissolvido em 1932, depois de uma greve prolongada em que se reivindicava o respeito à lei relativa às oito horas de trabalho. Cf. LEITE LOPES, 1988, cap. 7.

aglomeração constituindo uma vila operária, seja de indústria têxtil ou açucareira, mas de fato claramente inspirada na situação particular de Paulista. A intensidade das pressões exercidas pela CTP sobre a municipalidade e a Assembleia do Estado acabou provocando uma negociação, seguida de um acordo sobre a expropriação de um terreno para a formação de um novo “bairro livre”, mas no exterior da vila operária, por conseguinte sem tocar nos terrenos ociosos que se encontravam no seu interior e cuja perda teria quebrado a unidade da vila e seu controle pela companhia. A ideia da reforma agrária caiu no esquecimento. Apesar da continuidade das pressões da CTP para fazer daquele acordo letra morta, a ocupação efetiva desse bairro começou depois de 1955, data da vitória, na prefeitura, de um antigo operário católico que havia disputado as eleições contra um dos filhos do patrão. Ele, então, articulou com o governo estadual a liberação de verba para a desapropriação das terras a ser paga à empresa para que o único bairro da cidade sem ser propriedade da CTP pudesse ter seus terrenos demarcados e distribuídos pela prefeitura em troca do pagamento pelos beneficiários de um foro à municipalidade. A medida acabou privilegiando os operários que estavam então processando a empresa na justiça do trabalho, os operários de questão, os sindicalistas, mas também os comerciantes e funcionários municipais.

A segunda etapa do questionamento do monopólio imobiliário da CTP teve ainda mais sucesso, apesar de ter sido menos intencional e menos explicitamente conduzida que a primeira. Resultou, indiretamente, da modernização das fábricas entre o final da década de 60 e a de 70, e das ondas de demissões favorecidas pela conjuntura política da ditadura militar e pelas novas leis do trabalho (em particular a substituição da antiga lei da estabilidade pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS). Segura de seu poder, a CTP demite um número importante de operários “estáveis”, ou seja, os que contavam mais de dez anos de antiguidade na empresa e cujos direitos adquiridos estavam protegidos pela antiga lei – recentemente reformada – sobre a estabilidade do emprego. Em virtude dessa antiga lei, quando era demitido, o empregado “estável” tinha direito à indenização num valor igual ao dobro de seu último salário multiplicado pelo número de seus anos de trabalho. Um movimento constituiu-se, então, com sucesso, entre os operários, para pedir diante da justiça do trabalho, a despeito das intimidações da empresa, sua reintegração na fábrica ou, caso contrário, o pagamento das indenizações devidas. Esse movimento não poderia sem dúvida nenhuma ter nascido sem as lutas anteriores, no seio do processo de produção, assim como no exterior da fábrica, tais como o “movimento pela libertação da cidade” ou as resistências contra a retomada e destruição

pela CTP dos antigos roçados, tradicionalmente concedidos pela empresa. Seu sucesso deve ser igualmente relacionado com o abalo da legitimidade da dominação da companhia, depois que esta mudou as regras tácitas do jogo, a partir dos anos 50, apostando desde então exclusivamente na produção industrial e abandonando a política de pleno-emprego, de concessão de terrenos para roçados, a feira administrada pela empresa e as melhorias na vila. Ela deve, enfim, ser relacionada com a possibilidade que tinham, agora, as famílias de permanecer em Paulista, apesar do aumento das demissões, já que era admitido ficar com a casa mesmo se apenas uma pessoa continuasse trabalhando na companhia, e elas desenvolviam recursos alternativos de subsistência no pequeno comércio e na, tal como esta havia sido transformada.

A CTP só pôde saldar sua enorme dívida para com os operários estáveis demitidos e a justiça do trabalho incluindo o valor da casa no total da indenização devida a cada um. Dali em diante, as novas demissões tomaram até a casa como base explícita para o acordo. Por volta de 1976, quando iniciamos nosso primeiro trabalho de campo na cidade, a metade dos alojamentos da vila tinham se tornado, assim, propriedade das famílias operárias. Este processo se ampliou nos anos seguintes, até as casas de propriedade da CTP terem se tornado residuais. Tão logo foram adquiridas, essas casas foram submetidas a pequenas modificações, no sentido de diferenciá-las da uniformidade ambiente – mudança de cor, substituição das portas e janelas, abertura de pequenas varandas, construção de uma outra habitação no quintal para um filho ou uma filha casada etc.

Em artigo, publicado em 1994, ainda sob influência do trabalho de campo encerrado dez anos antes, Rosilene Alvim e eu assim concluíamos:

A autonomia crescente das famílias face à companhia em matéria de residência multiplica então as possibilidades para elas de se manterem ali, mesmo se o pequeno mercado imobiliário criado localmente na mesma ocasião permite a outros recém-chegados de se instalarem nesse novo bairro-dormitório de Recife. Por enquanto, entretanto, permanecem as condições de uma conservação da memória social dessa população operária que presenciou a grandeza de uma dominação patronal em grande escala, inicialmente tida como legítima, e que posteriormente vivenciou diferentes movimentos de oposição à companhia provocados por uma mudança nas regras tácitas nas relações da CTP com os operários. Adquirindo a propriedade das casas da vila operária e estabilizando-se na localidade como resultado de uma tradição de lutas, as famílias operárias remanescentes das sucessivas vagas de demissões podem assim ser depositárias de uma memória sem a qual a história materializada nas casas de tijolo e telha edificadas por sobre os escombros dos antigos mocambos, e materializada também na disposição dos diversos arruados da vila operária, ficaria sem sentido e perdida para as gerações futuras, assim como perdida para o conhecimento dessa experiência singular de dominação e de construção de uma identidade de grupo social (ALVIM; LEITE LOPES, 1994 p. 108).

Mas tendo tido a oportunidade de voltar à área de forma continuada e duradoura, ao permanecermos como professores visitantes na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) entre 2003 e 2006, pudemos nos inteirar das transformações havidas na cidade nos últimos vinte anos de nossa ausência.

De fato, a partir de meados dos anos 80, transformaram-se as próprias condições do modo de geração dos descendentes daquele grupo operário. Declinaram as chances de emprego industrial estável para as novas gerações; aumentaram os esforços das famílias numa escolarização mais prolongada de seus filhos, sem que isto redundasse em melhores empregos; a população da cidade mudou sua composição com a chegada em massa de novos habitantes provenientes do Recife para ocuparem os novos conjuntos habitacionais formados nas terras vendidas para tal pela CTP. Esta passa a ter nos seus vastos recursos em terras, resultantes de seu antigo monopólio territorial municipal, durante seu período de declínio como indústria, fator principal de geração de renda.

É neste contexto que aparecem fortes demandas pela recuperação e sistematização da memória social da cidade por parte de agentes significativos do espaço público local. E onde a volta dos pesquisadores ao local sobre o qual produziram teses e livros não é despercebida por tais agentes; a própria condição de pesquisador-coletor de dados é vista de forma diferente e sendo transformado em pesquisador testemunha da história, em sistematizador e colaborador na divulgação da história local.

As transformações, nessas antigas cidades industriais, vão no sentido de uma dispersão de sua força de trabalho, antes concentrada localmente, por toda a região metropolitana, aumentando os fluxos de deslocamento de trabalhadores. Nessas áreas, o patrimônio histórico potencial representado pelas vilas segue sendo descaracterizado e transformado, sem constituir-se num recurso de políticas públicas voltadas para a história e a cultura locais. Antigos terrenos e galpões desativados tornam-se um passivo ambiental sem perspectivas de compensação.

O interesse do Sindicato dos Tecelões de Paulista na sistematização e divulgação da história local, ressaltando suas tradições operárias, foi o principal fator através do qual nossa nova pesquisa na localidade nos anos 2000 acabou desembocando em atividades de busca e coleta de registros visuais e sonoros que pudessem ser divulgados publicamente. Os diretores sindicais fazem parte de uma geração que trabalhou nas fábricas do distrito industrial, filiais de fábricas do Sul e multinacionais da era Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Eles assumiram, no fim dos anos 80,

sob os ventos do novo sindicalismo, com uma chapa de denominação autoirônica: os papa-pêlos (em referência às partículas de algodão desprendidas no interior das fábricas). Esse distrito industrial, por sua vez, sofreu, também, entre os anos 90 e 2000, um processo de desindustrialização. Os mentores da associatividade inicial destes sindicalistas foram alguns de nossos antigos pesquisados-chave, que se tornaram personagens do filme que acabamos fazendo. Para os novos sindicalistas, de resto seguindo a tradição do senso comum local, a história a ser privilegiada é a da antiga fábrica que criou a cidade, a CTP das Casas Pernambucanas.

Ao desencadear-se a feitura de um documentário sobre a memória dos ex-operários sobre sua trajetória e vida cotidiana no “tempo da companhia”, foram-se acumulando materiais visuais, novos personagens e eventos voltados para uma objetivação desta memória social. Com a falência da companhia e a desindustrialização geral da área, antigos conflitos entre operários e empregados próximos à administração patronal se arrefecem em benefício do exercício da memória, mesmo que disputada. Assim, no filme *Tecido Memória* (2008) o ponto de vista patronal pode ser criativamente assumido por um ex-cozinheiro e gerente da casa grande e contraposto ao ponto de vista de uma maioria de outros personagens ex-operários<sup>6</sup>.

O filme *Tecido Memória* registra, desse modo, através de outra linguagem, um novo período de campo, após o intervalo de trinta anos, por meio dos instrumentos da antropologia visual que os colegas especialistas dessa área vinham aperfeiçoando. A etnografia de longa duração pode agora conter um documento construído com a participação explícita dos pesquisados, editados e mostrados publicamente em carne, osso e palavra; um documento a ser apropriado de forma mais favorável pelo próprio grupo retratado e seus descendentes. Ele pode constituir-se em mais um elemento na batalha pela memória, através da qual os herdeiros dos operários podem enfrentar as transformações da cidade que têm se dado sob a égide do mercado imobiliário e em detrimento do mínimo de patrimônio histórico que corresponda à força da transmissão oral de um passado significativo. O filme, sobre cuja feitura outro artigo seria necessário fazer no futuro, inclui também personagens de outras fábricas e cidades, como a cidade de Escada e sua fábrica Pirapama (em cujo interior conseguimos filmar o processo produtivo), bem como Recife e a fábrica da Macaxeira do Grupo Othon. Sua generalidade, transcendendo as fábricas e localidades pernambucanas privilegiadas, mostra-se tanto pelo uso, na sua

---

<sup>6</sup> Se a família patronal não reuniu neste caso condições para que dela surgisse o interesse em guardar a memória de suas realizações – ofuscadas, talvez, por contínuas batalhas de herança que alimentam processos judiciais famosos, fazendo do processo de contestação do testamento de Frederico Lundgren uma relíquia histórica do fórum de Paulista – no entanto, esta memória tem sido preservada pela população remanescente de ex-trabalhadores da CTP e seus descendentes.

montagem, de imagens históricas de fábricas têxteis no estado de São Paulo, quanto na recepção do filme quando de sua exibição em diferentes localidades. Uma dessas exposições, em campus mais recente da Universidade Federal da Paraíba em Rio Tinto se realizou, para minha grata surpresa, nas próprias dependências da antiga fábrica têxtil local (cuja antiga vila operária tem, atualmente, a metade de seu território situado em área indígena demarcada), do mesmo grupo industrial da CTP, a CTRT, hoje utilizada pela universidade pública federal. A história desta cidade, congênere à de Paulista, é um campo aberto para muitos estudos da própria universidade local e de outras; um raro desfecho com utilização pública de instalações que foram fruto da desindustrialização.

### Referências

ALVIM, Rosilene; LEITE LOPES, José Sergio. Famílias operárias, famílias de operárias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 5, p. 1-17, 1990.

\_\_\_\_\_. Vila Operária e Cidadania; Sobre um processo exemplar de transformação de uma situação de imobilização da força de trabalho pela moradia. **Sociologia e Política**, Curitiba, n. 2, 2. sem., p. 99-109, 1994.

BECKER, Howard S. A escola de Chicago. Tradução de vera pereira. **Mana**, Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DENNIS, Norman; HENRIQUES, Fernando; SLAUGHTER, Clifford. **Coal is our life: an analysis of a Yorkshire mining community**. London: Tavistock Pub., [1956] 1969.

FRANKENBERG, Ronald. **Communities in Britain; social life in town and country**. Harmondsworth: Penguin Books, 1966.

FIRTH, Raymond (ed.). **Two Studies of Kinship in London**. University of London/Athlone Press, 1957. (London School of Economics. Monographs on Social Anthropology 15).

GANS, Herbert J. **Urban Villagers**. New York: The Free Press of Glencoe, 1962.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Métodos**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1987. p. 365-436.

GOODY, Jack. **O Roubo da História: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. São Paulo: Contexto, 2008.

GOFFMAN, Erving. On Fieldwork. **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 18, n. 2, p. 123-132, July 1989.

\_\_\_\_\_. **Asylums**. Essays on the social situation of mental patients and other inmates. Harmondsworth: Penguin Books, [1961] 1971.

HANNERZ, Ulf. **Exploring the city**. New York and Guildford, Surrey: Columbia University Press, 1980.

HUGUES, Everett. **The sociological eye**. Chicago: Aldine-Atherton, 1971.

LEITE LOPES, José Sergio. **A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”**. São Paulo: Brasília: Marco Zero; Ed. da UnB, 1988.

LOPES, Juarez Brandão. **Crise do Brasil Arcaico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

\_\_\_\_\_. A escola de Chicago, ontem e hoje; um depoimento pessoal. In: VALLADARES, Lícia (org.). **A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005. p. 23-52.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Abril, [1867] 1984.

NASH, Manning. **Machine age maya**. The industrialization of a guatemalan community. The American Anthropological Association, Memoir n. 87, 1958.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 29-72.

POWDERMAKER, Hortense. **Copper town, changing Africa**. The human situation on the Rhodesian Copperbelt. New York: Harper Colophon Books, Harper & Row Publishers, 1962.

REDFIELD, Robert. **Peasant Society and Culture: an anthropological approach to civilization**. Chicago: University of Chicago Press, 1965.

ROY, Donald. **Un sociologue à l'usine**. Org. J. M. Chapoulie. Paris: La Découverte, 2006.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 13 – 28.

TECIDO memória. Sergio Leite Lopes; Rosilene Alvim; Celso Brandão. Documentário longa metragem em DVD (70 min). Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2008.

VELHO, Gilberto. Antropologia e Cidade. In: LIPPI OLIVEIRA, Lúcia. **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 36-41.

VELHO, Gilberto; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Organização social do meio urbano. **Anuário Antropológico**, n. 76. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977. p. 71-82.

WACQUANT, Loïc. O retorno do recalcado: violência urbana, raça e dualização em três sociedades avançadas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 16-30, fev.1994.

WARNER, William Lloyd; LOW, Josiah O. **The social system of the modern factory**. The strike: a social analysis. New Haven and London: Yale University Press, [1947] 1965.

WEBER, Max. 1967. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 73-96.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade**. São Paulo: Ed. UnB, [1920] 2004.

WHYTE, William Foote. Planning my Slum Study. In: **Participant Observer: an autobiography**. Ithaca, N.Y.: ILR Press, 1994a. p. 62-66.

\_\_\_\_\_. Learning to be a participant observer. In: **Participant Observer: an autobiography**. Ithaca, N.Y.: ILR Press, 1994b. p. 67-84.

\_\_\_\_\_. Graduate work in Chicago. In: **Participant Observer: an autobiography**. Ithaca, N.Y.: ILR Press, 1994c. p. 108-115.

WILSON, William Julius. **When work disappears**. The world of the new urban poor. New York: Vintage Books, 1997.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 97-122.

YOUNG, Michael; WILLMOTT, Peter. **Family and kinship in East London**. Harmondsworth: Penguin Books, 1962.